

EDIÇÕES DO  
INSTITUTO DE FILOSOFIA LUSO-BRASILEIRA

*O pensamento de Domingos Gonçalves de Magalhães*  
Actas do II Colóquio Tobias Barreto

*Silvio Romero e Teófilo Braga*  
Actas do III Colóquio Tobias Barreto

COLECÇÃO RAZÃO ATLÂNTICA

*António Quadros*

*Três mestres do conhecimento*  
Afonso Botelho

*Estudos de Filosofia Brasileira*  
Miguel Reale

*O pensamento filosófico de Gonçalves de Magalhães*  
António Braz Teixeira

Próximos volumes:

*O «Grupo de São Paulo»*  
Constança Marcondes César

*O elmo de Mambrino*  
Gilberto de Mello Kujawski

INSTITUTO DE FILOSOFIA LUSO-BRASILEIRA

# SÍLVIO ROMERO E TEÓFILO BRAGA

Actas do III Colóquio Tobias Barreto



LISBOA  
1996

JOSÉ LUÍS BRANDÃO DA LUZ  
*Universidade dos Açores*

## A POSITIVIDADE DAS CIÊNCIAS SOCIAIS EM TEÓFILO BRAGA

### *1. As Ciências Sociais no Século XIX*

No século XIX, o homem ocupou o centro das suas próprias atenções. Em conjugação com os avanços e o alargamento das áreas do saber, a crescente industrialização da Europa e a instabilidade social que se generalizara teriam contribuído para despertar a consciência do enigma que representava para si mesmo e marcar assim, como reconheceu Alain Touraine, «uma primeira etapa no aparecimento da sociologia»<sup>1</sup>.

Também Teófilo havia identificado na origem das ciências sociais o mesmo tipo de dependência. Em seu juízo, a agitação social desencadeada pela Revolução Francesa explicava a preocupação de Augusto Comte de procurar «um princípio de ordem, que não fosse a estabilidade, e uma forma de progresso que não fosse a agitação anárquica»<sup>2</sup>. Com esta observação de teor programático, Teófilo identificava as motivações históricas que teriam estado na origem da decisão de, como escreveu Foucault, «fazer passar o homem (bem ou mal e com mais ou menos sucesso) para o lado dos objectos científicos»<sup>3</sup>.

As ciências do homem, e a sociologia em particular, apresentaram, no entanto, logo na origem, um modelo muito particular de resposta à desarticulação dos esquemas tradicionais de abordagem da sociedade, que mostrava uma crescente capacidade de agir sobre si mesma e de se transformar. As ciências sociais procuravam em geral responder a problemas de ordem teórica e a urgências de carácter prático sem carregarem a herança de um domínio previamente estruturado por uma categorização de teor metafísico. Pelo contrário, recusavam todo o recurso a noções de carácter transcendente, para caucionar a ordem social, e procuravam orientar a sua análise, segundo critérios positivos.

Apesar das preocupações em cortar amarras de dependência que pudessem comprometer o perfil científico que se pretendia delinear, as diferentes ciências do homem partilharam o campo epistemológico comum de submis-

são à tutela de parâmetros pertencentes a outros domínios do saber. São exemplos desta subordinação os ideais de quantificação que as pesquisas procuram calcular; a definição do índice de regularidade com que uma relação de fenómenos se manifesta e a sua filiação, segundo as exigências do determinismo causal das ciências da natureza. As ciências do homem surgiram assim em consonância com o sistema dos saberes já constituído e tomaram lugar na linha descendente da sua ordenação que, numa forma contínua, a partir da pureza formal das matemáticas, se apresentou cada vez mais carregada de empiricidade.

As ideias transformistas de Lamarck, que começaram a ser divulgadas no início do século, introduziram uma visão naturalista do homem, perfeitamente integrado numa continuidade linear com os demais seres vivos do universo, isto é, incluído no mesmo esquema explicativo da modificação e diferenciação progressiva das espécies. Por outro lado, a psicofísica apareceu como proposta de, como escreveu Fechner, «uma teoria exacta das relações entre a alma e o corpo»<sup>4</sup>. O estudo das sensações, base da compreensão das relações entre o mundo físico e psíquico, reveste uma dimensão experimentalista e quantificadora das reacções. O âmbito da psicologia restringe-se ao plano fenomenal e recusa envolver-se em questões de ordem metafísica, como por exemplo a natureza e origem da alma e suas relações com o corpo humano. Simultaneamente, Saint-Simon, Comte, Stuart Mill, Spencer e Marx elaboraram um conhecimento sistemático sobre a organização económica e social e definiram princípios de orientação da prática política do homem.

As fronteiras entre as ciências da natureza e as ciências do espírito sofrem reajustamentos. Assim, o *Sistema de Lógica* de Stuart Mill, publicado em 1843, ao apresentar o grupo de disciplinas que designa de «moral sciences», não refere as de carácter estritamente normativo, como a ética, mas inclui a «ciência da sociedade», a psicologia e a história, que se organizam segundo o modelo metodológico e as exigências explicativas preconizadas pelas ciências da natureza. A psicologia faz parte do grupo, por excluir do seu âmbito o estudo da génese dos estados mentais, como as sensações, que a fisiologia explica pela coordenação do sistema nervoso, e por se ocupar antes das relações que se estabelecem para a formação de novos conhecimentos, ou seja, das leis segundo as quais os estados mentais se sucedem uns aos outros pela associação de ideias<sup>5</sup>.

Os caminhos abertos pelo aparecimento de um conjunto de novas disciplinas das ciências do homem, designadamente no que respeita à sua dimensão social, trouxeram importantes clarificações para a compreensão da reali-

dade humana, tendo atingido uma dimensão comparável à que foi alcançada no campo das ciências da natureza com os trabalhos de Galileu e Newton.

## 2. Determinismo Causal

As ciências do homem aparecem indissociáveis numa contextualização temporalmente configurada, que torna inviável o seu desenvolvimento pela simples aplicação das regras da dedução matemática. O reconhecimento desta complexidade não deixou aos fenómenos sociais outro modelo alternativo de constituição diferente daquele que assegurou às ciências físicas um já longo caminho de pesquisas bem sucedidas. A homologia que os fenómenos do mundo físico e social partilhavam transpareciam na adopção de um mesmo tipo de esquemas de explicação, os quais eram construídos na base de um determinismo causal e expressos em leis que traduziam a regularidade das múltiplas relações em jogo. Generalizava-se assim a todos os domínios do saber o preceito comtiano de que a descrição da realidade presente na experiência sensível deverá conduzir à descoberta do nexos ou lei da sua mútua dependência, o que assegura a possibilidade de ulteriores previsões.

A visão positivista das ciências sociais procede da transposição dos procedimentos empírico-formais das ciências da natureza, tais como foram estabelecidos pela mecânica galilaica, e procura a explicação científica dos fenómenos que estuda através da formulação de leis gerais. Firma-se assim uma homogeneidade metodológica comum a todas as «ciências de observação», desde as físicas celeste e terrestre até à física social. O monismo metodológico, ao mesmo tempo que impõe à pesquisa a renúncia às questões absolutas, como as de origem, finalidade, alma, Deus, etc., circunscreve o seu horizonte à determinação das «relações constantes que existem entre os fenómenos observados»<sup>6</sup>, ou seja, à investigação das suas leis.

Apesar da ligação à experiência sensível, a concepção positivista não restringe o domínio da ciência a uma acumulação de factos a partir de simples observações. Na perspectiva comtiana, «a verdadeira ciência, bem longe de ser formada por simples observações, tende sempre a dispensar, tanto quanto possível, a exploração directa, substituindo-a por uma previsão racional, que constitui, sob todos os aspectos, o principal carácter do espírito positivo»<sup>7</sup>. Daí a importância que atribui à elaboração das leis gerais, que apesar de pressuporem uma ligação indispensável aos factos observáveis, procuram enunciar o esquema das suas ligações necessárias, indispensáveis para o estabelecimento de ulteriores previsões.

Teófilo percebeu bem o alcance deste princípio da dogmática do sistema comtiano ao insistir na «nova luz» em que se revelam os fenómenos do mundo

exterior, desde que a filosofia positiva demonstrou a falta de fundamento das questões absolutas sobre a sua essência, finalidade e outras semelhantes. Porque o mundo da fenomenalidade é um tecido de *relações*, nada poderá ser considerado isoladamente, mas num jogo de dependências recíprocas. Nesta sequência, como escreveu Teófilo, “o objecto nunca esgotado das ciências» consiste apenas em determinar as condições e o modo como se realiza essa interdependência: «o conhecimento de cada fenómeno será tanto mais completo quando se reunirem as condições em que foi produzido e as consequências que se derivam dele até ao ponto de poder ser *previsto* racionalmente, ou, às vezes, verificado experimentalmente”<sup>8</sup>.

Também para Augusto Comte a observação é necessária para descobrir a articulação dos fenómenos com os seus antecedentes e as condições da sua ulterior produção, mas não é suficiente para preencher as exigências que a pesquisa científica deverá satisfazer. A enunciação de leis apresenta-se como o parâmetro fundamental de racionalidade das ciências, pelo poder de previsão que lhe confere, independentemente da exploração directa dos fenómenos. Nas palavras de Comte, “o verdadeiro espírito positivo consiste, sobretudo, em *ver para prever*, em estudar aquilo que é, a fim de concluir, a partir daí, aquilo que será, segundo o dogma geral da invariabilidade das leis naturais”<sup>9</sup>.

A ligação directa entre o conhecimento das leis da natureza e a possibilidade de previsão do seu ulterior desenvolvimento enquadra-se na necessidade de mobilizar as capacidades individuais e sociais no controle das energias emergentes da expansão da indústria e do desenvolvimento das ciências, os dois novos poderes — temporal e espiritual do estado positivo da humanidade. A simples acumulação da experiência de casos particulares é incompatível com a preocupação de descobrir a regularidade das suas conexões. Seria mesmo irrelevante para cumprir os desígnios das próprias ciências sociais: potenciar as capacidades da sociedade de agir sobre si mesma, em função dos fins que o desenvolvimento das ciências propicia.

Todavia, a regularidade das leis naturais exprime um juízo universal em que se generaliza, a partir de factos observados, uma conexão necessária, que se presume vir a ocorrer num contexto do mesmo tipo. A racionalidade deste processo, que se designa de indutivo, foi questionada de uma maneira paradigmática por David Hume, tendo sido a partir de então sucessivamente discutida. Trata-se de esclarecer a legitimidade de concluir, da observação de uma dada regularidade de fenómenos, a necessidade da sua ulterior ocorrência, ou seja, levanta-se o problema de averiguar se as conexões que a lei enuncia correspondem na natureza a ligações essencialmente necessárias.

Se o enunciado da lei reveste o carácter de semelhante necessidade é pela intervenção de um princípio geral sem qualquer suporte na experiência singu-

lar. Comte viu bem a acuidade do problema ao frisar a ligação existente entre o carácter previsivo das leis e a «invariabilidade das relações físicas»<sup>10</sup>. Uma tal exigência procurava traduzir em termos ontológicos o enunciado tradicional do princípio do determinismo e, segundo a formulação de Stuart Mill, reflecte a convicção de que “o curso da natureza é uniforme”<sup>11</sup>. Apesar dos argumentos da metafísica a favor da natureza inata deste princípio, Comte considera-o como resultado de “uma lenta indução gradual, simultaneamente colectiva e individual”<sup>12</sup>. O suporte desta posição encontra-o em Stuart Mill, que demonstrou a sua fundamentação indutiva, e no testemunho histórico que, com a matematização da astronomia a partir do renascimento, assinalou o seu aparecimento na explicação dos fenómenos naturais.

Para o positivismo, o determinismo causal dos fenómenos de ordem social e natural reconhece-se na interdependência do binómio antecedente e consequente. Na exposição dos métodos que definem as condições de verificação de uma hipótese, Stuart Mill formula o princípio geral de que se a explicação de um fenómeno se faz por meio de outro que o acompanha de modo constante, bastará identificar a sua presença para encontrar a sua explicação. Assim, um fenómeno constitui condição suficiente de outro quando a sua ocorrência se verifica, apesar de terem variado todas as condições da experiência, excepto uma. É o designado *método da concordância*. Da mesma forma, o *método da diferença* estabelece que se a não ocorrência de um fenómeno é acompanhada pelo desaparecimento de uma dada circunstância, embora se verifiquem todas as outras, então a circunstância ausente é a sua condição necessária<sup>13</sup>.

Como se corre o risco de fazer de certas coincidências ocasionais uma conexão sem nenhuma consistência explicativa, o método da concordância terá de ser completado pelo método da diferença ou pela contraprova, conforme também já preconizava Claude Bernard que, para evitar que se tomasse por causa uma mera coincidência circunstancial, afirmava categoricamente: “a única prova de que um fenómeno desempenha o papel de causa em relação a outro é quando suprimido o primeiro, se faz cessar o segundo”<sup>14</sup>.

A fundamentação positivista da indução na crença numa ordem universal da natureza não deixa de manifestar a sua índole fenoménica. Nada nos garante que outras hipóteses explicativas não possam vir a ser formuladas, para além das que são consideradas como condições explicativas dos fenómenos. O pressuposto causal não pode ser tratado como relevando apenas de uma mera convicção formada a partir de aparências, pois corre-se o risco de afirmar das coisas mesmas uma dependência intrínseca à dinâmica do próprio ser que, mesmo ao nível da ciência, se não deixa circunscrever às representações que possuímos. Como Bochenski observou<sup>15</sup>, este determinismo carece de suporte

ontológico, pois as simples condições que acompanham ou estão associadas à produção dum fenómeno são de natureza extrínseca e não incluem as condicionantes que pertencem à estrutura interna do ser. A dimensão ontológica em que o problema da causalidade se coloca abre um vasto campo de possibilidades explicativas, que apesar de confirmar o carácter causal das explicações, de modo algum as poderá identificar, ou delimitar a sua intervenção.

### 3. *Natureza Orgânica da Dinâmica Social*

A positividade que a concepção de Teófilo Braga apresenta das disciplinas abrangidas na designação de ciências sociais e a importância que lhes reconhece para a orientação política enquadram-se nesta convicção determinista da harmonia e invariabilidade das leis da natureza. Logo no começo do prólogo do seu *Sistema de Sociologia* afirma que «um dos graus mais espontâneos da positividade é o conhecimento da invariabilidade das leis naturais». Embora reconhecendo a inclusão tardia dos fenómenos sociais nesta categorização que as ciências naturais há muito detinham, considera que as ciências sociais dispunham já dos meios e soluções para subtrair as sociedades «ao regime inconsciente do acaso, na ordem económica, industrial e política»<sup>16</sup>. O crescente conhecimento científico das leis orgânicas da dinâmica social confere, designadamente à política, uma orientação científica segura, fazendo com que ela só deva «ser dirigida pelo mais competente, segundo as indicações naturais da própria ordem das coisas»<sup>17</sup>.

Teófilo apresenta uma filosofia da emancipação moral dos espíritos dirigentes, conforme os princípios da sociologia, contra uma filosofia social e política construída com o predomínio de noções subjectivas, legitimadora dos arbítrios da autoridade discricionária, que inviabilizaria qualquer tipo de previsão sociológica. A filosofia positiva propõe-se sustentar a desordem dos espíritos através da «síntese dos fenómenos objectivos». Esta constitui uma construção que resulta, por um lado, da subordinação exclusiva das teorias explicativas dos fenómenos sociais à observação e à experiência e, por outro lado, na recusa de todos os problemas que não possam ser verificados experimentalmente ou demonstrados. Esta dependência das ciências afasta do domínio positivista toda uma séria de «questões absolutas de *princípio* ou causa, e de *essência* ou finalidade»<sup>18</sup>. O reconhecimento das fronteiras do cognoscível determina como domínio específico da ciência o estudo do mundo natural e social, onde os fenómenos, não podendo ser observados isoladamente, se compreendem em termos de relações sucessivas. Deste modo, não é concebível um fenómeno

físico, orgânico ou social «que não seja consequência de outro fenómeno anterior e que não dê origem a outras modificações»<sup>19</sup>.

O sentido do conhecimento científico está em procurar enunciar a regularidade constante dessas relações, identificando as condições que proporcionam a sua ocorrência. Desta forma, a pergunta pelo *porquê* das manifestações do mundo exterior dá lugar a esta outra interrogação de *como* elas se organizam, radicando o índice de positividade do conhecimento no maior número de relações que se estudarem e na determinação, não apenas das suas condições de produção, mas também das consequências que delas ulteriormente se puderem derivar. O grau de verdade de uma disciplina será assim proporcional ao número de relações que conhecer, as quais constituem apoios indispensáveis à sua capacidade de previsão racional.

A ordenação das ciências, tal como Augusto Comte as concebeu, segundo o critério da generalidade decrescente e da complexidade crescente, enquanto representa aos olhos de Teófilo «o quadro mais geral e orgânico com que se pode sistematizar as relações da fenomenalidade do universo, é ao mesmo tempo o meio prático de disciplinarmos o nosso espírito, conduzindo-o lógica e gradualmente na exploração do mundo objectivo»<sup>20</sup>. Esta perspectiva enquadra-se na linha de rumo definida pelo ideal matematizante da mecânica galileica, que ao ligar a matemática à pesquisa do mundo físico definiu as bases lógicas iminentes à constituição de todas as ciências. Desta forma, o carácter modelar das matemáticas reflecte-se na organização das ciências sociais, que tende a envolver o seu domínio nos esquemas processuais da física matemática. Enquanto que, no estado teológico, a síntese geral da reflexão filosófica se apoiava numa argumentação, cuja consistência se baseava na autoridade, no estado metafísico, toda a metodologia argumentativa partia duma ruptura com o mundo exterior e duma ideia de racionalidade humana independente dos órgãos que suportam o seu funcionamento. A síntese subjectiva do estado metafísico traduzia-se numa reconstrução *a priori* do mundo exterior com uma consistência lógica de mera aparência.

O estado positivo opera uma inversão de perspectiva na orientação teológica e metafísica. O crescente progresso que se verificava na compreensão dos fenómenos da natureza acentua a dissidência da nova visão do mundo, em face da que se organizava a partir da mundividência dos estados anteriores. Na filosofia geral do estado positivo, a síntese subjectiva subordina-se à positividade das ciências, reconhecendo assim «a sua dependência e harmonia com os fenómenos do mundo exterior», conforme escreveu Teófilo na «Disciplina Mental», artigo que abre o primeiro volume da revista *O Positivismo*.

A organização do conhecimento segundo as exigências da positividade não segue as orientações da lógica nem se envolve no tipo de argumentação

dialéctica com que se sustentaria toda uma discursividade metafísica, mas tem na matemática «um instrumento lógico, o mais completo», que lhe permite prosseguir com solidez a investigação de todos os fenómenos do universo físico, orgânico e social. A matemática, não só «encerra o processo lógico com que todas as outras ciências devem ser constituídas»<sup>21</sup>, como também «serve de modelo à metodologia filosófica»<sup>22</sup>.

Este aspecto é particularmente importante para esclarecer a profundidade do vínculo que a une às ciências sociais. É que a matemática, que começou a via dedutiva antes de qualquer outra disciplina, prescinde da observação e da experiência e, em virtude do seu grau de simplicidade e de generalidade, ocupa o primeiro lugar na série ordenada das ciências. Pelo contrário, os fenómenos sociais revestem um carácter completamente oposto a este, já que envolvem o protagonismo individual dos agentes e, sobretudo, a intervenção da consciência em que a liberdade humana se afirma<sup>23</sup>. O procedimento dedutivo que o positivismo reclama para as ciências sociais não reveste um nível de execução idêntico ao das matemáticas, de estrita subordinação consequente das proposições que mutuamente se implicam, mas assume uma maior plasticidade, em que o resultado das deduções traduz uma orientação tendencial ou provável, baseada numa afinidade de procedimentos<sup>24</sup>.

#### 4. Dedução em Sociologia

Os estudos sociológicos apresentam um perfil predominantemente descritivo que Teófilo explica pelo aparecimento tardio desta disciplina e pelas limitações do método dedutivo. Porém, tal situação não deverá constituir um impedimento para alcançar a qualificação científica que só a configuração dedutiva poderá conferir. A par dos trabalhos descritivos há que «prosseguir nos esforços dedutivos, como meio de nunca esquecer a dependência dogmática das ciências cosmológicas e biológicas, onde não há fenómeno que se não continue na ordem sociológica»<sup>25</sup>. Por esta via os acontecimentos sociais decompõem-se nas suas causas explicativas ou, como dizia Teófilo, reduzem-se «nas suas energias anteriores»<sup>26</sup>. Procura-se reconhecer desta forma a estreita dependência entre os fenómenos sociológicos e os condicionalismos da vida orgânica, estendendo-se ainda ao mundo físico esta linha de continuidade.

A homologia entre os domínios social, orgânico e físico traduz-se no reconhecimento de um princípio imanente que os unifica e que corresponde às leis mecânicas do movimento. Teófilo reconhece neste procedimento o princípio básico da dedução do método cartesiano, que mais tarde Newton confirmou, ao atribuir à filosofia a tarefa fundamental de explicar todos os fenómenos do mundo pelo movimento: «Deduzir dos fenómenos da natureza dois

ou três princípios gerais do movimento, e depois explicar como as propriedades de todos os corpos e os fenómenos são consequência destes princípios manifestos, seria fazer um grande progresso em filosofia, ainda que as causas destes princípios não fossem conhecidas»<sup>27</sup>.

O processo dedutivo em sociologia integra-se neste esforço de reconhecer um princípio que assegure a filiação entre as várias ordens do conhecimento: social, biológico e cosmológico. A «redistribuição contínua da matéria e do movimento», que segundo Spencer está na origem das mudanças em todo o processo evolutivo, responde a uma tendência para o equilíbrio de forças, que assegura a passagem incessante de formas primitivas de homogeneidade incoerente, de indefinição e de confusão, para formas complexas de coerência, de definição e de ordem<sup>28</sup>. Nesta linha, Teófilo toma, como princípio básico de análise positiva das ciências, a definição do *equilíbrio* que confere consistência à passagem de um estado de *movimento* para outro. Este processo designa-se, ao nível da matéria, de *transformação*, ao nível orgânico de *evolução* e ao nível social de *progresso*. É na medida em que os factos sociais podem ser convertidos em termos de movimento que a sociologia poderá ser objecto de um tratamento científico. Este movimento, revestindo diferentes configurações em cada um dos saberes constituídos, apresenta um traço comum em todos eles, que se traduz numa permanente procura de equilíbrio entre as forças da *ordem* e do *progresso*.

Para Comte, a subordinação dos fenómenos sociais aos critérios naturalistas da investigação significava abrangê-los no esquema dualista que o estudo dos organismos vivos pôs em destaque, a saber: «o estado *estático* e o estado *dinâmico* de cada domínio de estudos positivos»<sup>29</sup>. Tal como na biologia se distingue a perspectiva estrutural e funcional ou, na linguagem de Comte, o ponto de vista anatómico e o ponto de vista fisiológico, também os factos sociais deverão ser considerados em função das «condições de existência da sociedade e das leis do seu movimento contínuo»<sup>30</sup>, ou seja, segundo as instituições que garantem a identidade da sociedade e o dinamismo que assegura a sua capacidade de adaptação às vicissitudes da história.

A distinção corresponde ao binómio elementar *ordem e progresso*, na medida em que «o estudo estático do organismo social deve coincidir, no fundo, com a teoria positiva da ordem, que não pode, com efeito, consistir essencialmente senão numa justa harmonia permanente entre as diversas condições de existência das sociedades humanas», da mesma forma que, continua Comte, «o estudo do dinamismo da vida colectiva da humanidade constitui necessariamente a teoria positiva do progresso social que, ao afastar qualquer

vão pensamento de perfectibilidade absoluta e ilimitada, deve naturalmente reduzir-se à simples noção desse desenvolvimento fundamental”<sup>31</sup>.

Na organização social distinguem-se assim duas componentes: uma, que inclui as instituições, apresenta uma espécie de anatomia social dos padrões de comportamento que asseguram uma certa regularidade nas relações humanas, é o domínio da estática social; a outra, que considera as modificações graduais das instituições, é a sociologia dinâmica, que concebe cada estado social como “o resultado necessário do precedente e o motor indispensável do seguinte”<sup>32</sup>. Nesta ordem de ideias, o objecto das ciências sociais consiste em enunciar a regularidade com que a ordem e o progresso se harmonizam. Assim, não somente a sociologia se afasta duma especulação vazia, pelo alheamento dos fenómenos sociais que procura compreender, como alcança também um envolvimento prático, indispensável a uma organização política da própria sociedade. Com efeito, na medida em que a componente da dinâmica social estuda os fenómenos, segundo a lei da sua sucessão, está a «oferecer à política prática a verdadeira teoria do progresso», enquanto que a estática social, ao procurar compreender a coexistência de diferentes acontecimentos sociais, formula a lei que exprime a ordem das suas relações<sup>33</sup>.

Spencer manifestou a mesma preocupação de encontrar, sob a diversidade das alterações que ocorrem ao nível cosmológico, orgânico e social, “a estrutura de tais transformações, com absoluta independência da nossa individualidade”<sup>34</sup>. Que esta explicação se não situava ao nível das sequências observáveis nos diferentes modos de evoluir dos fenómenos, mas dizia respeito à sua estrutura dinâmica, é o que pretende demonstrar através da análise das transformações geológicas, orgânicas e sociais. O ritmo das transformações do universo e dos organismos vivos repete continuamente a passagem de um equilíbrio homogêneo e indefinido para um equilíbrio heterogêneo e coerente. Os *Primeiros Princípios* enunciam esta lei de todo o progresso evolutivo como uma “integração de matéria e concomitante dissipação do movimento durante a qual a matéria passa duma homogeneidade indefinida e incoerente, para uma heterogeneidade definida e coerente, e durante a qual o movimento retido passa por uma transformação análoga”<sup>35</sup>.

Teófilo segue esta inspiração de procurar uma homologia entre todos os fenómenos do universo, como um movimento de equilíbrio entre a ordem e o progresso: Por isso fala de um «ponto fixo» entre todas as ciências que, apesar da instabilidade que se verifica em todas elas, possa traduzir um compromisso entre os factores estáticos da ordem e os factores dinâmicos do progresso. Compreender os acontecimentos sociais em termos de movimento é torná-los homogêneos aos demais fenómenos do universo estudados pelas diferentes disciplinas e é, ao mesmo tempo, o passo indispensável para conferir às ciên-

cias sociais o perfil definitivo que a filosofia positiva preconizava. Cumpre-se deste modo o programa comtiano da construção definitiva da filosofia, claramente enunciado na primeira lição do seu *Curso de Filosofia Positiva*: “Tendo-se tornado homogêneas todas as nossas concepções fundamentais, a filosofia será definitivamente constituída no estado positivo; sem jamais poder mudar de carácter, não lhe restará senão desenvolver-se indefinidamente através de aquisições sempre crescentes que resultarão inevitavelmente de novas observações ou de meditações mais profundas”<sup>36</sup>.

Ao situar no movimento o núcleo de inteligibilidade das relações sociais, Teófilo adopta plenamente esta orientação e desenvolve uma pormenorizada e prolixa “análise desse fenómeno geral, decompondo-o nos diversos impulsos que se *transformam* e nas diversas energias que se *conservam* ou persistem, remontando desde a ordem cósmica e biológica até às oscilações peculiares do desenvolvimento das sociedades”<sup>37</sup>. Trata-se de compreender todos os níveis da acção humana no desdobramento da sua dimensão diacrónica, ou seja, na sequência das leis cosmológicas e biológicas que “se continuam como causas eficientes da actividade moral”<sup>38</sup>. O objectivo das ciências sociais é identificar, cada uma no seu domínio, quer os factores que asseguram a conservação da estabilidade social, quer os que promovem a sua alteração. Só assim será possível uma orientação política programada, segundo as análises da sociologia, que dê expressão a estes dois vectores do movimento das sociedades.

\*  
\* \*

É certo que o equilíbrio de forças alcança nas ciências sociais uma expressão algo complexa, se o compararmos ao das ciências naturais. Na verdade, o carácter peculiar dos fenómenos do mundo físico parece tornar mais fácil a sua reprodução; em contrapartida, os fenómenos sociais, estando mais expostos a influências impoderáveis, detêm uma margem superior de imprevisibilidade. Neste caso, para além de condicionalismos de ordem física e biológica, incluem-se também elementos de carácter individual ou pessoal, como são as decisões da vontade e os actos de ponderação da consciência, que lhes conferem a mais elevada complexidade. Daí a importância que Teófilo atribui à história para, através da reconstituição dos acontecimentos passados, se poder estabelecer o encadeamento da série de circunstâncias que os poderão condicionar, e assim se deduzir “qual a tendência das sociedades modernas para atingirem um estado definitivo”<sup>39</sup>.

Apesar desta instabilidade, que em grande parte explica as dificuldades enfrentadas pela sociologia para entrar na via dedutiva, Teófilo não abdica do modelo determinista das ciências da natureza e censura as cedências de

Spencer às explicações baseadas no *acaso*. Para dar conta da multiplicação de circunstâncias e da imprevisibilidade de transformações que tornam obscuros os vínculos de dependência causal, Spencer apela para o aleatório, isto é, para “o *acidental* e o *ocasional*, tudo isto traduzido em frases mais ou menos pomposas de desígnios de providência, acção dos grandes homens, descobertas fortuitas e catástrofes imprevistas”<sup>40</sup>.

Teófilo propõe-se prosseguir na sociologia o princípio geral que Spencer enunciou, apesar deste, em seu entender, ter capitulado perante os escolhos da tarefa e de ter por isso limitado a sua análise sociológica a uma perspectiva meramente descritiva. A verdadeira ciência dos factos sociais deverá prosseguir o caminho que o próprio Spencer delineou, ao preconizar que o estudo da sua progressão só será verdadeiramente científico quando “os factos passados nos agregados humanos puderem ser convertidos em funções de movimento”<sup>41</sup>.

A noção de movimento em Spencer parece fundamentalmente reflectir as potencialidades energéticas dos indivíduos para fazerem face aos condicionamentos do meio, mais do que qualquer conotação de ordem cinemática que se refira aos fenómenos do mundo físico. Na linha de Spencer, Teófilo procura elaborar uma noção de movimento segundo o modelo paradigmático da evolução biológica, em que se combinam dois aspectos essenciais que coexistem: a *novidade*, que permite integrar a criação ou a emergência do que de novo vai aparecendo; a *continuidade*, que assegura a filiação numa estrutura que sucessivamente reforça e alarga as suas potencialidades. Todavia, na preocupação de ligar as leis do movimento do mundo físico à evolução orgânica e ao progresso social, parece esquecer a distinção que, como hoje têm insistido alguns comentadores, já Aristóteles estabeleceu entre a mudança (*metabole*) e o movimento (*kinesis*) e que a partir de Galileu se diferenciou completamente, quando a mecânica elegeu a *kinesis* como o seu objecto de análise, excluindo completamente a primeira acepção.

O escrúpulo em não atraiçoar o paradigma da positividade físico-matemática teria talvez inibido Teófilo de explorar as potencialidades que a noção spenceriana de equilíbrio nos parecia sugerir. Circunscrever a evolução orgânica nos limites do determinismo físico é excluir à partida um dos seus traços fundamentais, que é o fenómeno de adaptação ao meio, condição indispensável da mudança, a *metabole* aristotélica. Seria nesta medida que o modelo biológico poderia ser sugestivo para compreender a especificidade das ciências sociais, enquanto conjunto de disciplinas irredutíveis aos esquemas deterministas das ciências da natureza.

## NOTAS

- <sup>1</sup> Alain Touraine, *Production de la société*, Paris, Éditions du Seuil, 1973, p. 62.
- <sup>2</sup> Teófilo Braga, *Sistema de Sociologia*, Lisboa, Tipografia Castro Irmão, 1884, p. 2.
- <sup>3</sup> Michel Foucault, *Les mots et les choses*, Paris, Éditions Gallimard, 1966, p. 356.
- <sup>4</sup> Cit. in Th. Ribot, *La psychologie allemande contemporaine*, Paris, Librairie Germer Baillière, 1879, p. 157.
- <sup>5</sup> Cf. John Stuart Mill, *Système de logique déductive et inductive*, trad. franc. de A System of Logic Raciocinative and Indutive, por Louis Peisse, Paris, Librairie Philosophique de Ladrage, 1866, v. 2, l. 6, c. 4, §2, p. 434 e §4, pp. 437-438.
- <sup>6</sup> August Comte, *O espírito positivo*, trad. port. de *Discours sur l'esprit positive*, Porto, Rés, p. 174.
- <sup>7</sup> Id., *ibid.*, p. 177.
- <sup>8</sup> Teófilo Braga, *Traços gerais da filosofia positiva comprovados pelas descobertas científicas modernas*, Lisboa, Nova Livraria Internacional, 1877, p. 120.
- <sup>9</sup> August Comte, *O espírito positivo*, p. 177.
- <sup>10</sup> Id., *ibid.*, p. 178.
- <sup>11</sup> John Stuart Mill, *ob. cit.*, v. 1, l. 3, c. 3, § 1, p. 348.
- <sup>12</sup> August Comte, *O espírito positivo*, p. 178.
- <sup>13</sup> Cf. John Stuart Mill, *ob. cit.*, v. 1, l. 3, c. 8, §§ 1 e 2, pp. 425-430.
- <sup>14</sup> Claude Bernard, *Introdução à medicina experimental*, trad. de M<sup>a</sup>. José Marinho, Lisboa, Guimarães Ed., I, c. 2, §8, p. 74.
- <sup>15</sup> Cf. I. M. Bochenski, *Los métodos actuales del pensamiento*, trad. cast. de Raimundo Drudis Baldrich, Madrid, Ediciones Rialp, 1981, pp. 221-222.
- <sup>16</sup> Teófilo Braga, *Soluções positivas da política portuguesa*, Lisboa, Nova Livraria Internacional, Biblioteca Republicana Democrática, v. X, 1879, p. 71.
- <sup>17</sup> Id., *ibid.*, p. 74.
- <sup>18</sup> Teófilo Braga, *Traços gerais da filosofia positiva*, p. 119.
- <sup>19</sup> Id., *ibid.*
- <sup>20</sup> Id., *ibid.*, p. 120.
- <sup>21</sup> Id., *ibid.*, p. 121.
- <sup>22</sup> Id., *ibid.*, p. 145.
- <sup>23</sup> Id., *ibid.*, p. 129.
- <sup>24</sup> Teófilo Braga, *Sistema de Sociologia*, pp. 21-22.
- <sup>25</sup> Id., *ibid.*, p. 22.
- <sup>26</sup> Id., *ibid.*
- <sup>27</sup> I. Newton, *Óptica*, III, quest. 32, cit. in *Sistema de Sociologia*, vg. pp. 31 e 475.
- <sup>28</sup> Cf. Herbert Spencer, *First Principles*, London, Burt's Home Library, p. 314.
- <sup>29</sup> August Comte, *Cours de philosophie positive*, 4<sup>a</sup>. ed., Paris, Librairie J.-B. Baillière et Fils, 1877, v. 4, p. 230.

<sup>30</sup> Id., *ibid.*, p. 231.

<sup>31</sup> Id., *ibid.*, p. 232.

<sup>32</sup> Id., *ibid.*, p. 263.

<sup>33</sup> Id., *ibid.*, p. 264.

<sup>34</sup> Herbert Spencer, *Do progresso, sua lei e sua causa*, 2ª. ed., trad. de Eduardo Salgueiro, Lisboa, Editorial Inquérito, p. 12.

<sup>35</sup> Herbert Spencer, *First Principles*, p. 343.

<sup>36</sup> August Comte, *Cours de philosophie positive*, v. 1, p. 22.

<sup>37</sup> Teófilo Braga, *Sistema de Sociologia*, p. 24.

<sup>38</sup> Id., *ibid.*, p. 92.

<sup>39</sup> Id., *ibid.*, p. 304.

<sup>40</sup> Id., *ibid.*, p. 20.

<sup>41</sup> Id., *ibid.*, p. 22.